



VAMOS COMBATER O AQUECIMENTO GLOBAL NA PRÁTICA?

POR AMÁLIA SAFATLE

As pessoas em geral podem até não saber exatamente o que significa gestão de emissões de carbono, mas a mudança do clima figura entre as suas maiores preocupações – em especial no Brasil.

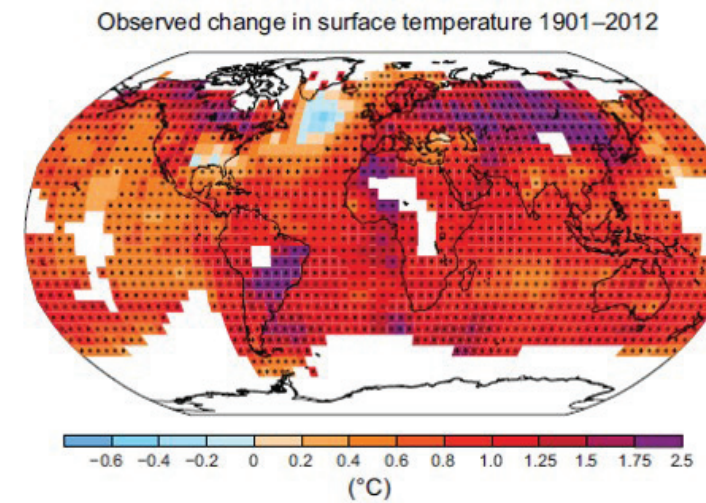
Algumas pesquisas comprovam isso. Em 2015, o *think tank* americano Pew Research Center ouviu 45.435 pessoas em 40 países e concluiu que a mudança climática é o maior motivo de apreensão no mundo, se comparada a outras ameaças com reflexos na ordem global – como a instabilidade econômica, o terrorismo do Estado Islâmico, o programa nuclear do Irã, os ciberataques a governos ou empresas, as tensões entre a Rússia e seus vizinhos e as disputas territoriais entre a China e países de fronteira.

Entre todos os países pesquisados, o Brasil mostrou um dos mais altos índices de preocupação com a mudança do clima (75%). Este ano, novas pesquisas atestam que o problema é visto

como muito sério por 80% da população brasileira.

Isso posto, como partir para a solução?

A ciência fornece a cada dia dados mais completos e robustos sobre o fenômeno climático e como este prejudica a vida da população em todo o mundo. As próprias pessoas têm sentido esse impacto em seu cotidiano, o que explicaria em boa parte a apreensão que demonstram a respeito desse assunto. O Nordeste brasileiro, por exemplo, sofreu secas nunca antes vistas, a Região Sul registrou intensas inundações, as ondas de calor e frio têm sido cada vez mais acentuadas e frequentes (*saiba mais na edição de P22_ON Adaptação*).



A elevação da temperatura é desigual no mundo e o Brasil é um dos países mais afetados

Mas, apesar de todo o avanço no conhecimento, grande parte da população continua confusa, sem acesso a informações claras. Não se sabe exatamente de quem é a responsabilidade, como o desafio deve ser compartilhado entre os diversos atores da sociedade, e de que forma cada um desses *players*, inclusive o cidadão comum, pode e deve contribuir. E também porque a incerteza de como essas mudanças impactarão no cotidiano de cada um aumenta ainda mais a pressão em torno da temática.

É aí que começamos a falar sobre gestão de emissões. Neste início de conversa, antes de mais nada, é preciso descobrir o tamanho do problema. Como se pode enfrentar o desafio da mudança do clima sem saber informações exatas sobre os gases de efeito estufa (GEE) que são emitidos na produção de um determinado bem ou na prestação de um serviço? Ou de uma empresa? Ou de um setor? Ou ainda de uma cidade? Estado? País?

No campo da mudança climática, existe ao menos uma certeza: a de que não se consegue gerir o problema sem antes dimensioná-lo. Para reduzir as emissões de gases e assim combater o aumento da temperatura no planeta é preciso dar um passo atrás – identificar suas fontes e medir a sua quantidade. Depois, informar essa quantidade usando padrões compreendidos em todo o mundo. E, em seguida, atestar a veracidade e confiabilidade dessas informações. Esse processo é o que se chama tecnicamente de MRV: mensuração, relato e verificação.

Os cálculos são mais complexos do que podem parecer. As emissões de um país não são simplesmente a soma das emissões de seus estados. Tampouco as emissões de uma empresa resultam da soma das emissões geradas por todos os seus produtos.

A boa notícia é que há um grande empenho em nível nacional e internacional voltado para a criação de

sistemas, métodos e ferramentas que permitem traduzir a vida real em números gerenciáveis. Esse empenho ganhou notável impulso na COP 3 (em 1997), a Conferência do Clima das Nações Unidas que criou o Protocolo de Kyoto, mas ainda maior visibilidade e importância na COP 21, realizada em Paris em dezembro de 2015, na qual as nações apresentaram metas de redução por meio das INDC – sigla em inglês para Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas.

O Brasil, por exemplo, propôs-se a reduzir em 43% as emissões de GEE em 2030 em relação aos níveis de 2005. A meta global é frear o aumento da temperatura muito abaixo de 2 graus até em relação aos níveis pré-industriais, com esforço para que se limite a 1,5 grau (*saiba mais sobre metas e prazos do acordo neste vídeo*).

Com a INDC, as nações são levadas a publicar inventários e a exigir o mesmo empenho nas esferas subnacionais e locais. Isso acaba gerando uma pressão em cascata para que os setores empresariais e governamentais também o façam. No caso das empresas, além dos inventários corporativos de gás de efeito estufa, algumas já avançam em sua gestão a partir do Pensamento de Ciclo de Vida. É um modo de pensar que vai além das fronteiras da própria empresa e considera seus impactos ambientais (carbono e outros) ao longo de toda a cadeia e a partir da visão do produto, desde a extração e o uso dos insumos (berço) até a sua disposição final (túmulo).

O acordo mundial, entretanto, não é a única tração desse movimento. Há diversas razões para governos e organizações mitigare as emissões. A principal e mais nobre delas, naturalmente, é a defesa da vida na Terra e a sobrevivência da própria espécie humana. Mas também há motivações de ordem comercial e busca de competitividade por parte das organizações e dos governos. Em jogo está uma gama de novas oportunidades de negócio, como o acesso a crédito e a mercados internacionais cada vez mais voltados para a economia de baixo carbono – em que menos (emissões) é mais.

Esta edição de P22_ON trata do papel de cada um desses atores, mostrando o que tem sido feito para medir e gerenciar o agravamento da mudança no clima gerado por suas ações, e também a contribuição positiva que podem dar – desde o consumidor final até os governos, passando pelas empresas e pelos investidores.

E mostra ainda os métodos e ferramentas que têm sido continuamente aprimorados para viabilizar essa desafiadora transição para uma nova economia.

Dessa forma, os temores gerados pelo aquecimento global serão superados pelas boas oportunidades que essa economia é capaz de proporcionar à sociedade. ▢